

ENS A I O

CAUSALIDADE E TEMPO HISTÓRICO NAS RELAÇÕES ENTRE A HISTÓRIA E AS CIÊNCIAS

MARLON SALOMON¹
Universidade Federal de Goiás
Goiânia | Goiás | Brasil
marlonsalomon@ufg.br
orcid.org/0000-0002-2446-2141

As relações entre o conhecimento histórico e as ciências se encontram no cerne de dois importantes livros recentemente publicados: *A causalidade histórica*, de François Simiand, e *Histoire et sciences*, de Lucien Febvre. Os dois livros não possuem nenhuma relação do ponto de vista editorial e se inscrevem em diferentes programas intelectuais. Entretanto, sua leitura chama a atenção pela proximidade temática e pelo problema historiográfico que se evidencia em ambos os projetos. Em um primeiro momento, procuro destacar a estrutura dessas publicações. Seus organizadores sugerem que esses textos antigos ora reeditados têm algo a nos dizer atualmente, que tratam de problemas esquecidos ou não solucionados que, todavia, batem à nossa porta. Procuro, em seguida, explorar essa questão e sublinhar o tipo de relação entre a história e as ciências que aí se desenhava. Depois, tento mostrar como o “momento Simiand” e o “momento Febvre” se assentavam em duas posições distintas diante do princípio de causalidade. Finalmente, procuro discutir as razões que me levam a acreditar que a publicação simultânea desses dois livros não seja coincidência. Há pelo menos duas. Em primeiro lugar, nosso tempo parece solicitar uma nova relação entre a história e as ciências. Depois, de alguma forma, esses livros permitem pensar no problema sobre o que é tempo histórico. A epistemologia da história será minha guia de leitura.

¹ Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

UM CRÍTICO DE RARA PERSPICÁCIA

François Simiand costumava enviar exemplares de seus livros recém-lançados a um seleto grupo de amigos e colegas. Dentre as caixas de correio do mundo intelectual agraciadas por esse gesto de reconhecimento e de reafirmação do diálogo científico estava a de Lucien Febvre. Nos volumes encaminhados a Febvre, Simiand quase sempre apunha a mesma dedicatória: “A seu crítico”. É que Febvre não deixou de acompanhar a trajetória intelectual do sociólogo francês por meio de resenhas de suas publicações – ele recomendava a seus colegas que as adotassem como “livros de cabeceira” (Febvre 2009 [1933]) – e nem tampouco de mobilizá-lo para colaborar com a nova Revista que criara com Marc Bloch – ainda em 1930, eles o convidaram para dirigir um ambicioso projeto, que deveria reunir economistas e historiadores, fortemente inspirado pelas consequências da crise do ano anterior, sobre “o problema histórico dos preços” (Febvre 1930; Cf. também Febvre; Simiand 1989). Ele costumava agradecer ao sociólogo dizendo-se honrado pelo gesto, mas lembrava a Simiand “que o crítico, em todo caso, inspirou-se de maneira singular no criticado e estava pronto a dar testemunho do seu poder de liberação” (Febvre 1935, 391).

Cinco anos mais novo, Lucien Febvre se formou em 1902, no mesmo ano em que foi aprovado no concurso para se tornar professor no ensino público (*agrégation* em história); portanto, um ano antes da publicação do hoje clássico artigo de Simiand *Méthode historique et science sociale* que abalaria o mundo historiográfico e abriria uma querela entre historiadores e sociólogos permeada de disputas e hostilidades. Febvre, como se vê, vivenciou essa guerra entre tribos rivais durante seus primeiros anos como professor do ensino secundário e durante o período de preparação de sua tese de doutorado, defendida em 1911. Certa vez, ele escreveu que, nessa época de sua juventude, “com sentimentos misturados de admiração e de instintiva rebeldia, liamos *L'Année sociologique*” e os colaboradores de Durkheim (Febvre 2009 [1933], 503-504).

Talvez seja possível traçar aí a genealogia da profunda fratura que estruturava o campo historiográfico no período entreguerras. Ela se iniciaria com a “campanha” que Simiand deflagrou “notadamente contra os historiadores”, para ser, em seguida, “prolongada no terreno da *Revue de Synthèse historique* de Henri Berr” (Febvre 1935, 391) e, mais tarde, no entreguerras, retomada por Febvre e Bloch contra certa maneira de conceber a história. Essa “campanha”, escrevia Febvre, “incomodou consideravelmente [os historiadores] em sua quietude e fez alguns, que entretanto não aceitaram suas conclusões, refletirem” (Febvre 1935, 391). Por isso, Febvre falava do poder de liberação desse “pensamento vigoroso” que teria inspirado muitos jovens como ele, desse “crítico de rara perspicácia”, desse pensamento “de um homem que outrora disse duras verdades aos historiadores – e quando digo verdades, sei qual palavra utilizo” (Febvre 2009 [1933], 505). Liberação dessa quietude, dessa sonolência e de todas as certezas que imobilizavam a marcha de uma disciplina. Por essa razão, em 1933, diante de textos como *Método histórico e ciências sociais* e *A causalidade em história* dispostos sobre sua escrivaninha, Febvre escrevia: “não despertemos velhos ecos, prontos a repetir títulos e nomes: títulos de artigos vigorosos, sob cuja pressão outrora se desfez o verniz de certeza pacífica da qual emergimos todos revestidos pelos cuidados dos nossos bons mestres” (Febvre 2009 [1933], 505).

Apenas alguns anos depois da morte do sociólogo francês, Febvre descrevia assim o contexto disciplinar da época de sua formação: “Satisfeita com seus progressos, orgulhosa de suas conquistas, vaidosa de seus sucessos materiais, a história adormecia em suas certezas. Ela se redizia, se repetia, retomava; ela não criava mais. E a cada ano que se passava dava um pouco mais à sua voz o som cavernoso de uma voz d’além-túmulo” (Febvre 2023 [1943], 129). A importância de Simiand para a alteração dessa configuração não pode ser minimizada: por meio de sua crítica, iniciou-se um movimento que despertou a história de seu sonho dogmático, de sua quietude e do conforto de suas certezas. Era ao menos assim que Febvre a compreendia.

ESTRUTURA

É um pouco sobre a história desse movimento que tratam dois excelentes livros recentemente publicados, dedicados a dois importantes momentos da história do pensamento historiográfico na França. O primeiro é o nono volume da “Biblioteca Durkeimiana” publicada pela EdUSP sob a coordenação de Rafael Faraco Benthien e Raquel Weiss: a edição crítica e bilingue de *A causalidade histórica*, de François Simiand. O segundo é o sexto volume da Coleção de Bolso da editora da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Trata-se de uma coletânea inédita de textos de Lucien Febvre organizada por Éric Brian e intitulada *Histoire et sciences*. Os dois livros, como se observa, não têm nenhuma relação do ponto de vista editorial e se filiam claramente a estratégias ou programas intelectuais bastante distintos. Mas sua leitura em conjunto chama a atenção para a proximidade temática e para o tipo de relação implícita no problema historiográfico em questão em ambos os projetos.

Antes de tudo, caberia destacar a semelhança da estrutura dos dois volumes. Ambos estão centrados na reedição de textos (de duas figuras de inequívoca importância para a configuração intelectual das ciências humanas francesas no século XX) voltados às discussões sobre a epistemicidade da história ou sobre as relações entre a história e as ciências em dois momentos distintos.

O volume organizado por Rafael Benthien, Robson Bertasso e Miguel Drigo traz, antes do texto de Simiand, uma breve apresentação de *A causalidade em história*. O texto de Simiand é seguido de um dossiê crítico composto de três comentários (assinados por Sérgio da Mata, o primeiro, Robson Bertasso e Miguel Drigo, o segundo, e por Mariana Osés e Miguel Palmeira, o último), além de uma bibliografia do sociólogo francês. Finalmente, como anexos, figuram três importantes documentos – pouco acessíveis mesmo em nossos dias e pelos quais devemos agradecer a seus organizadores. *A causalidade em história*, recorde-se, foi o título da comunicação apresentada por Simiand em 1906 na Sociedade Francesa de Filosofia. Ora, os três anexos que encerram esse volume se integram ao problema central da discussão de Simiand. O primeiro traz os resumos das comunicações de Charles Seignobos e Célestin Bouglé sobre as *Relações entre a Sociologia e a História* (1904); o segundo, a resposta de Charles Seignobos a Simiand apresentada em 1907 na mesma Sociedade (*As condições Práticas da Investigação das Causas no Trabalho Histórico*); e o último, o texto de uma nova comunicação de Seignobos, proferida na mesma Sociedade no ano seguinte, intitulada *O desconhecido e o inconsciente em história*.

O volume editado por Éric Brian reúne quinze textos de Lucien Febvre publicados entre 1934 e 1955. Sua grande maioria é relacionada à publicação da *Encyclopédie Française*, importante empreendimento editorial e intelectual dirigido por Febvre a partir do início da década de 1930. O livro se abre com um texto de Brian de apresentação do projeto dessa coletânea. Cada um dos capítulos aí reunidos traz uma nota de abertura indicando a sua origem e apontado para o que seu organizador considera o mais importante no texto febvreano. Os três primeiros textos expõem o projeto enciclopédico em diferentes circunstâncias. O primeiro (1934) é um texto de apresentação e defesa do projeto e foi publicado na abertura do primeiro volume da *Encyclopédie*. Veiculado em 1935 em um jornal de ampla circulação, o segundo é um texto – redescoberto por Brian – direcionado ao grande público e no qual Febvre apresenta a origem, a estrutura e o objetivo daquela publicação. O terceiro é um breve texto (1937) de dois parágrafos que contém uma introdução geral da obra. O quarto, é um documento inédito, de 1934. Trata-se do escrito endereçado aos colaboradores do projeto contendo instruções bastante detalhadas sobre o espírito do empreendimento e sobre a natureza de suas contribuições a fim de transmitir “as regras” sobre o formato e o estilo da obra. O texto seguinte trata do Renascimento, intitula-se “O passado vivo” e foi publicado em 1935 no tomo XVI (“Artes e Literaturas”) da *Encyclopédie* – curiosamente, seu editor preferiu retirar o subtítulo original que o acompanhava: *la Renaissance*. O sexto, o sétimo, o oitavo, o nono e o décimo textos recolhidos nesse livro são respectivamente os prefácios do décimo (“O Estado moderno”, 1935), do sétimo (“A espécie humana”, 1936), do primeiro (“*L’outillage mental*”, 1937), do oitavo (“A vida mental”, 1938) e do décimo oitavo (“A civilização escrita”, 1939) volumes da Enciclopédia. O capítulo seguinte é um texto bastante conhecido de Febvre. Trata-se da conferência “Palavras de iniciação: viver a história”, publicada originalmente em 1943, retomada em seguida nos *Combates pela história*. O décimo segundo texto é o prefácio do segundo tomo da *Encyclopédie* (“A física”) publicado em 1955. O capítulo seguinte intitula-se “Meditação sobre Einstein e sobre a história” e foi originalmente publicado em 1955 por ocasião do passamento do físico alemão – Febvre retoma aí muitas passagens da conferência de 1943. O último capítulo do livro se intitula “Extratos conexos, 1934-1943” e reúne resumos de alguns de seus cursos no *Collège de France* e fragmentos de dois textos publicados por ele nos *Annales*. O livro traz, em seguida, um anexo intitulado “Discordâncias”, que reúne um conjunto de extratos em que Febvre se manifesta, em diferentes volumes da *Encyclopédie*, contra algumas objeções ou apresenta sua contrariedade em relação a alguns dos colaboradores do projeto. Finalmente, há um longo posfácio intitulado “Um problema que o século XX não resolveu” em que Brian explicita com grande clareza seu objetivo com a recolha desses textos em um volume inédito – além das referências, o livro ainda conta com quarenta páginas de notas explicativas.

UM PROBLEMA ESQUECIDO

Como se observa nessa breve apresentação da estrutura dos dois volumes, os textos de Simiand e de Febvre são ladeados por outros documentos de época, enquadrados por um aparato crítico e por um conjunto de apresentações e comentários que buscam orientar o(a) leitor(a) em seu percurso por essas páginas. Com essa descrição, não quero fazer aqui um exercício de história intelectual ou cultural ao lembrar da importância dos aspectos materiais de um livro na produção de sentido de um texto. Pretendo apenas destacar que essa orientação busca, a meu ver, indicar como esses dois momentos possuem algo a nos dizer, como nos colocam diante de uma problemática cujos contornos pretende-se delimitar editorialmente. E se Benthien, todavia, é categórico ao afirmar que “não se trata aqui de reabilitar Simiand ou quem quer que seja” (2023, 18), ele ao mesmo tempo nos lembra que “talvez os ancestrais dos historiadores atuais [...] tenham bons argumentos frente aos quais ainda cabe tomar posição, inclusive para ir além deles” (2023, 37). É o que também pensam a esse respeito Mariana Osés e Miguel Palmeira. Embora admitam “um inegável desgaste imposto pelo tempo” no argumento de Simiand “em favor de uma História munida de uma causalidade científica” (2023, 162), defendem que esse texto “interpela” os historiadores de nosso tempo em razão do “potencial heurístico que seu argumento pode assumir nos estudos históricos atuais” (2023, 155). Interpelar. Sim, ele se dirige a nós hoje, nos questiona e aparentemente tem algo a nos dizer, embora esses comentaristas não nos digam qual é a mensagem que ele gostaria de nos comunicar. Sérgio da Mata é não menos assertivo ao afirmar que o leitor não tem diante de si uma “reliquia epistemológica”, pois Simiand trata de “parte significativa das perguntas que fazemos em nossas disciplinas” (2023, 136) ainda hoje. “Nem sempre um problema deixa de ser discutido porque foi solucionado” (2023, 136), escreve da Mata. Uma afirmação muito similar à que se pode ler no outro livro aqui resenhado: o problema de Febvre, afirma Brian, não foi solucionado, apenas esquecido.

O volume organizado por Brian adota deliberadamente o tom combativo e muitas vezes implacável que foi aquele do autor dos textos nele recolhidos. Vivemos em uma época de ceticismo, de relativismo epistemológico, em um mundo governado pelo negacionismo e pela pós-verdade, observa ele. Mas a história nos mostra outros momentos de pirronismo e de ameaças à razão na história ocidental. A edição dos textos de Febvre se apresenta como uma reação a essa situação e propõe mesmo um programa intelectual de luta contra ela: “essa coletânea visa não somente a tornar conhecido um componente da obra de Febvre, mas igualmente a responder às vivas questões que se colocam hoje ou que se colocarão novamente amanhã” (2023, 12). Para ele, os textos de Febvre, lidos doravante em conjunto, oferecem “ao leitor recursos para interrogar as diferentes épocas marcadas por episódios de pirronismo, particularmente a época atual” (2023, 11). A questão, para Brian, é precisamente a de explorar o modo como Febvre concebia as relações entre a história e as ciências. Tratava-se, por meio dessa concepção, de fazer frente a um problema importante da primeira metade do século XX e que foi, a partir da década de 1960, esquecido no interior das ciências humanas.

Febvre concebeu tal problema como sendo o da “solidariedade entre as ciências em diferentes épocas” (2023, 180). Um problema, na medida em que a especialização científica, a partir do final do século XIX, acabou por separar institucionalmente e mesmo epistemologicamente as diferentes formas do saber

em espaços estanques – recorde-se que o projeto de síntese histórica de Henri Berr partia daí. Entretanto, o conhecimento histórico precisava tornar-se contemporâneo, acompanhar o movimento geral das ciências de sua época, evitar pensar as diferenças entre os saberes científicos de forma hierarquizante, justaposta ou mesmo derivativa. As ciências pertencem, todas, a um mesmo tempo, encontram-se em um mesmo clima, são, portanto, solidárias umas às outras. Esse problema sugeria a Febvre, da mesma forma, um “método”, uma forma até então inexistente de escrever uma história das ciências ou dos conhecimentos, uma maneira nova de abordar, de estudar as ciências no passado, objetivo que ele perseguia desde ao menos 1924 (Salomon 2015) – a uniformização dos tempos múltiplos da história que decorria desse método não parece ser um problema para Brian (Salomon 2018).

Não apenas uma historiografia: Brian defende que há em Febvre uma epistemologia, uma teoria do conhecimento ou pelo menos um “protótipo” de uma teoria do conhecimento em que a história ocupa uma posição central. Ele defende também que Febvre a teria extraído de sua meditação sobre a geografia – Brian ainda fala de uma “praxeologia histórica dos conhecimentos” (2023, 215). Para essa teoria, tratar-se-ia sempre de tentar compreender a ação científica, em determinado momento, a partir de uma “tensão, de um equilíbrio provisório, entre o legado do passado e as possibilidades do amanhã” (2023, 215). O cientista, para Febvre, é um homem de ação, defende Brian, e essa ação se caracteriza pela exploração de um conjunto de possibilidades oferecidas em um determinado momento – cada época não dispõe dos mesmos conjuntos de ferramentas mentais, por exemplo – tensionada pelo legado do passado (antigas teorias, noções, vocabulário etc.). A epistemologia febvreana conceberia, assim, a história como uma abertura imprevisível, e não como um fechamento determinado pelo passado. Brian considera que, para poder transformá-la em um importante instrumento de reexame das relações entre a história e as ciências, seria preciso armar essa história dos conhecimentos de Febvre² com ferramentas adicionais oriundas da epistemologia histórica (Gaston Bachelard), da história intelectual (Jean-Claude Perrot e Jochen Hoock) e da sociologia da memória coletiva (Maurice Halbwachs).

É no interior desse problema que é preciso inscrever a empresa intelectual e editorial da *Encyclopédie Française*, parte relevante do trabalho do historiador francês, mas pouco conhecida historiograficamente. Daí a justificativa e o importante espaço reservado aos textos escritos no quadro desse empreendimento no livro *Histoire et sciences*. Para a realização desse projeto, Lucien Febvre conseguiu mobilizar os mais importantes cientistas e pesquisadores de sua época com o intuito de oferecer a um público amplo uma perspectiva geral sobre o estado dos diferentes saberes. Para Brian, a realização desse projeto esteve indissociavelmente ligada a essa concepção e pretendia fazer frente ao problema da solidariedade entre as ciências.

Nesse sentido, é muito interessante ler o documento que Febvre encaminhou aos colaboradores do projeto com orientações precisas sobre o formato de seus textos. Ele nos fornece uma série de definições que se tornariam marcas de sua concepção de história, a começar talvez por uma de suas mais conhecidas: “antes de tudo, [a preocupação dos colaboradores da *Encyclopédie* deve ser] a de Colocar Problemas” (Febvre 2023, 50). Princípios gerais: a Enciclopédia “não visa os tempos passados, mas os dias de hoje”; ela “tem por divisa: fazer

² Sobre a valorização então recente das noções de saber e de conhecimento no interior da história das ciências, cf. Almeida (2023).

compreender e não fornecer ensinamentos”; “deseja um vasto público, mas não vulgariza fazendo distorções” (2023, 48). Em seguida, Febvre definia algumas noções fundamentais ao explicitar que não se tratava de um dicionário ou de um repertório, mas de uma “obra metódica” cujo objetivo era – a citação a seguir me parece ilustrar a teoria cujos contornos Brian quer estabelecer – “*analisar e explicar* as criações e as manifestações da humanidade contemporânea. *Explicar* é essencialmente mostrar em nossas concepções atuais um *equilíbrio provisório* entre o que se sabia, se concebia e se fazia *ontem* – e o que se saberá, se conceberá e se fará *amanhã*” (2023, 49). Em seguida, afirmava que a Enciclopédia “não tinha por divisa: Fornecer informações, mas Fazer Compreender. Logo, ela deveria proscrever qualquer exposição de fatos pelos fatos – qualquer enunciado de fatos não utilizados para uma explicação ou uma demonstração” (2023, 49). Essa divisa é importante, se lembrarmos que apenas alguns anos mais tarde Febvre definiria que nela residia a própria função da história ao explicar que a publicação do seu *Rabelais* era “uma afirmação dessa vontade de compreender e de ‘fazer compreender’, pela qual eu gosto de definir a função da história, a tarefa fecunda do historiador” (Febvre 1970 [1942], 20). Explicação, compreensão, fazer compreender... toda uma série de noções que poderíamos relacionar aos conceitos centrais do pensamento histórico do século XIX e às críticas a ele feitas por Simiand no início do século XX (cf. o estudo de Sérgio da Mata), mesmo que o deslocamento entre este e Febvre fique patente na definição acima sobre o que é explicar.

Entretanto, o problema de Febvre foi esquecido a partir da década de 1960, afirma Brian. “O ceticismo da segunda metade do século varreu o espírito enciclopédico que conduziu a agenda febvreana” (2023, 200). Já a partir do pós-Guerra, perdeu força o racionalismo que caracterizara a reflexão epistemológica do entreguerras e que havia alimentado um Febvre. A ciência passou a ser pensada, no interior das ciências humanas, exclusivamente a partir de seus resultados e aplicações materiais. Ao invés de um estudo histórico sobre as dificuldades e os problemas que comportavam os antigos trabalhos científicos, a reflexão sobre a ciência se tornou um “comentário simplista das atividades científicas” (2023, 199).

O alvo de Brian, como se observa, são os *Science studies*, os estudos sociais da ciência, cuja genealogia ele busca traçar, apresentando suas diferentes linhas de proveniência (o “programa forte” fundado em uma leitura equivocada de Durkheim e, em seguida, instrumentalizado por Bruno Latour contra a epistemologia histórica; a teoria da construção social da realidade de Peter Berger e Thomas Luckmann; a teoria construtivista de Alfred Schütz) e caminhos de sua entrada na França (eles se apresentaram como uma alternativa ao programa de “sociologização ou historicização dos *a priori* kantianos” (2023, 205), que marcou as gerações de Cassirer, Durkheim e Halbwachs, e no qual se pode situar o programa de historicização das ciências de Febvre). Para ele, a difusão dos estudos sociais da ciência a partir dos anos 1980-1990 indicou a consolidação da “vulgata construtivista” (2023, 210) fundada em uma “concepção falaciosa da ciência” (2023, 211) sem nenhuma consistência epistemológica. “Mas se a pseudoteoria é frágil, sua vulgata perdura” (2023, 211). A partir de então, foi do interior das ciências humanas, alimentado pelos *Science studies*, que o ceticismo se renovou, a ponto de termos assistido, em meados da década de 1990, a uma forte reação de cientistas (oriundos sobretudo da física) contra essa tendência e contra as ciências humanas, em um episódio que ficou conhecido com *Science wars*. Para Brian, o combate que hoje é preciso promover é contra essa vulgata. Nesse

sentido, o livro de Brian prolonga, de alguma forma, um combate inicialmente travado nas páginas da *Revue de Synthèse*, da qual ele é editor desde 1995.

O que Brian critica é o fechamento epistemológico que se seguiu a Febvre no campo historiográfico. É o mesmo tipo de questão que se lê no volume sobre Simiand. Mariana Osés e Miguel Palmeira, por exemplo, criticam as leituras do texto do sociólogo francês encapsuladas em processos de “purificação científica” e defendem uma leitura aberta à exterioridade disciplinar (2023, 168). Claro, ao fazerem essa afirmação, os dois historiadores têm em mente a relação entre história e sociologia e não a solidariedade mais ampla entre os saberes, de que falava Febvre. Entretanto, basta lembrarmos que a crítica de Simiand a Seignobos e ao pensamento histórico da época se assentava no pressuposto de que a lógica explicativa das ciências da natureza, em razão de uma partilha epistêmica comum, era perfeitamente aplicável à história. É o que destaca o organizador desse volume em sua introdução: “É essa crença na especificidade disciplinar que Simiand questiona, empenhando-se em mostrar que, se a história é uma ciência, ela é similar a todas as outras” (2023, 26-27). Como queria Simiand, “o processo lógico que as fundamenta” (2023, 61) é o mesmo, logo, é falsa a reivindicação dos historiadores de que seu conhecimento estaria fundado em causas particulares e, por essa razão, se diferenciaria do das ciências da natureza. A crítica de Simiand, como se vê, não era a de que a história havia sucumbido ao cientificismo, mas de que ela não reconhecia em seu objeto e em suas formas fundamentais de raciocínio os mesmos princípios em curso em sua vizinhança epistemológica.

DESLOCAMENTO DE UM PROBLEMA

A diferença, digamos assim, entre o “momento Simiand” e o “momento Febvre” não diz respeito a seus modos de compreender a proximidade, similaridade e partilha epistêmica entre as ciências, mas à própria definição dos princípios do saber científico. Se o problema apontado por Simiand a partir de 1903 nos “metodologistas” não foi definitivamente solucionado, ele sofreu um importante deslocamento nas três primeiras décadas do século XX. Para historiadores como Lucien Febvre, as radicais transformações nas ciências exatas a partir de 1905, se não forneciam uma saída para esse debate, ao menos o colocavam em outros termos. Entre esses dois momentos, emergiu o que Febvre denominava de “o grande drama da relatividade” (2009, 132). Isso significava que a concepção de ciência, a definição de conhecimento científico, foi profundamente abalada em pouco menos de três décadas. E com ela, todo um conjunto de noções fundamentais: fato científico, lei, objetividade, necessidade, contingência etc. Para Febvre, tudo isso colocava em questão a noção de causalidade e a teoria da qual ela era indissociável: a de determinismo. Entre esses dois momentos, portanto, o fundamento epistemológico da antiga compreensão de história, para ele, ruína.

Nesse sentido, é interessante observar que no livro sobre Simiand a noção de causalidade apareça apenas implicitamente relacionada à de determinismo; e, no entanto, elas eram indissociáveis e constituíam os próprios princípios do saber científico (Seignobos, por exemplo, malgrado seu afastamento da noção de causalidade científica, mais de uma vez em suas conferências na Sociedade Francesa de Filosofia, manifestava sua “preferência sentimental pelo determinismo” (2023, 192). Como afirmava Alexandre Kojève

em 1932, “a ideia do determinismo clássico era geralmente recoberta pela forma do princípio que se chamava de ‘princípio de causalidade’” (Kojève 1990 [1932], 43). Não é sem interesse, por consequência, chamar a atenção para a historicidade do conceito de causalidade e indicar a matriz epistemológica de Simiand, pois ele retomava esse conceito de uma certa concepção de ciência que passou, nessa mesma época, a ser posta em xeque, e não apenas no interior do saber científico. Basta que lembremos da concepção convencionalista de Henri Poincaré, que questionava a noção clássica de ciência, ou daquela fenomenista de Pierre Duhem, que rechaçava as próprias noções de causalidade e de objetividade. Essa era uma das críticas de Lucien Febvre às teorias da história de sua época, em grande parte inspiradas em livros como o de Claude Bernard sobre o método experimental em medicina: “um grande livro, mas de interesse já histórico”. E acrescentava: há nessas teorias “um século de atraso” em relação ao estado então vigente da ciência: essa “é a norma” (Febvre 2023 [1943], 131).³ Uma epistemologia da história não pode prescindir de uma história conceitual das ciências.

A partir dos anos 1920 e ao longo da década de 1930 essa era uma posição recorrente: as transformações então recentes nas ciências exatas eram de extrema importância do ponto de vista filosófico. Associada filosófica e epistemologicamente ao determinismo mecanicista, a noção de causalidade se tornava um problema na medida em que essa teoria era abalada. Falava-se em crise das ciências, em crise do espírito, crise da civilização, crise do determinismo, crise da história e as discussões sobre causalidade se tornaram recorrentes em periódicos e por meio da publicação de livros (Cf. Gattinara 1998; Salomon 2023; Machado 2019). Esse era um problema epistemológico central, se considerarmos o volume de trabalhos e as figuras de não pouca importância envolvidas em sua discussão. Alexandre Kojève dizia que o determinismo era então “o problema mais discutido” no mundo científico e filosófico (Kojève 1990 [1932], 39). E talvez uma das consequências filosóficas e epistemológicas importantes dessas discussões tenha sido a de estabelecer a dissociação entre as noções de determinismo e causalidade.

Esse mundo foi bastante mobilizado à época por essa questão. As principais revistas francesas, a Sociedade Francesa de Filosofia, o Centro de Síntese, enfim, as principais instituições e órgãos do saber trataram essa como uma questão decisiva para o futuro do conhecimento científico. Lembre-se que Einstein, em sua estadia em Paris em 1922, a convite de Paul Langevin, dizia que “a relatividade nos fez abandonar um certo número de velhos preconceitos, mas os *quanta* nos obrigarão a renunciar à própria lei da causalidade” (Brillouin 1924, 65). Nesse mesmo ano, Léon Brunschvicg publicou *Experiência humana e causalidade científica* no qual incluiu a reflexão sobre a relatividade para ilustrar a relação entre experiência e causalidade. Em 1929, no mesmo ano em que seria

³ Raymond Aron afirmava que Simiand buscava definir uma noção de explicação “em nome de uma ciência da natureza [...] mais fictícia do que autêntica” (Aron 1986 [1938], 275). Na *Introduction*, Aron analisou o livro de Simiand sobre o salário e procurou mostrar que havia um fosso entre um tipo de investigação causal que se encontrava nas pesquisas econômicas de Simiand e as premissas defendidas por ele em suas formulações teóricas do início do século. O que não impediu Simiand de reencontrar, por outra via, uma teoria econômica. Para Aron, a definição de Simiand de causalidade “como o antecedente ligado ao efeito por meio da relação geral” fornecia uma “regra fictícia que Simiand jamais seguiu” (Aron 1986 [1938], 286). A objeção a essa definição de causalidade, mesmo mais tarde, aparecerá em Aron em suas críticas à filosofia analítica da história, em geral, negligenciadas e às vezes desconhecidas dos historiadores.

laureado com o Prêmio Nobel, em conferência aos membros da Sociedade Francesa de Filosofia, Louis de Broglie explicava que as leis em física “não eram mais leis causais, mas leis de probabilidade” (De Broglie 1929, 441). Apenas dois anos antes, no artigo em que apresentou o desconcertante princípio de incerteza, Werner Heisenberg insistiu no fato de que, com “a mecânica dos *quanta*, a invalidade da lei causal encontra-se definitivamente constatada” (*apud* Stern 1937, 137). Em 1932, Alexandre Kojève escreveu uma tese em que buscava distinguir o “determinismo clássico” (o da física moderna) do “determinismo moderno” (o da física de seu tempo): “aceitando-se o ponto de vista da física moderna, não se pode mais falar de determinismo causal: a ideia do determinismo causal exato não tem sentido físico quando aplicado ao mundo” (Kojève 1990 [1932], 290-291).

Eu poderia multiplicar as referências e citações a esse respeito. Poderia, da mesma forma, indicar as reações a essas discussões e as tentativas de mostrar que a física contemporânea não abalava a noção de causalidade. Pensemos, por exemplo, em esforços epistemológicos contemporâneos feitos em sentidos opostos como aqueles de um realista como Émile Meyerson em *De l'explication dans les sciences* (1921), em *La déduction relativiste* (1925), em *Du cheminement de la pensée* (1931) e em *Réal et déterminisme dans la physique quantique* (1933), ou de um legalista como Moritz Schlick em artigos tais como *Naturphilosophie Betrachtungen über das Kausalprinzip* [Considerações de filosofia natural sobre o princípio causal] (1920) e particularmente em *Die Kausalität in der gegenwärtigen Physik* [A causalidade na física contemporânea] (1931) – Schlick que, não custa lembrar, havia feito sua tese com um dos fundadores da mecânica quântica: Max Planck. Para Meyerson, o causalismo não dizia fundamentalmente respeito a essa ou aquela concepção de ciência; a primazia da explicação causal – a redução do diverso ao idêntico, o estabelecimento de identidade entre o antecedente e o conseqüente – sobre a simples descrição legalista da realidade era uma tendência invariável da razão e se manifestava em qualquer exercício real do pensamento, seja na mecânica quântica, na mentalidade primitiva que Lucien Lévy-Bruhl acabava de descrever ou no senso comum (Fruteau de Lacroix 2009).⁴ Schlick, por sua vez, acompanhou os efeitos da relatividade e do princípio de incerteza sobre a noção de causalidade (Bonnet & Wagner 2006). Essa noção, para ele, não deveria ser entendida como uma lei sobre os fatos. Ela seria, antes, um critério preditivo na definição de leis, uma exigência, uma prescrição feita ao cientista: a de procurar regularidades na descrição de acontecimentos e traduzi-las por meio de leis.

Não pretendo analisar esse problema em todas as suas variações e nem tampouco reduzir a sua complexidade. Importa, todavia, insistir no fato de que Febvre procurou explorar a seu modo as conseqüências filosóficas ou conceituais do novo espírito científico na teoria da história.⁵ Para ele, como para muitos de seus contemporâneos, o princípio de causalidade pressupunha as noções de tempo absoluto e de espaço absoluto, noções essas que eram postas em questão pela relatividade; a distinção historiográfico-filosófica entre dois tipos de causalidade, portanto, não era simplesmente epistemológica, como

⁴ As reflexões do “epistemólogo” Émile Meyerson sobre causalidade foram retomadas por historiadores que, a partir da segunda metade da década de 1920, voltaram-se à reflexão sobre esse tema no quadro do deslocamento desse problema.

⁵ Essa exploração foi igualmente feita em outros domínios, mesmo no campo artístico. Na literatura, por exemplo, ela ajuda a compreender a diferença que orienta a ação dos personagens nas tramas de um Zola e de um Camus. Nessa mesma época, Georges Friedmann afirmava que essa “renovada concepção de causalidade” se encontrava no centro do materialismo dialético que ele buscava promover (Friedmann 1935).

frequentemente se costuma apresentá-la, mas metafísica, ontológica. E isso marcou a abertura de um capítulo importante na história da relação entre a noção de causalidade e o pensamento histórico que não me parece ter recebido, senão excepcionalmente, a devida atenção. Febvre não é esse capítulo, mas faz parte dele assim como outros historiadores e figuras do entreguerras, das quais a mais conhecida talvez seja a de Raymond Aron, sua crítica a Simiand e seu esforço filosófico de conciliar causalidade histórica e causalidade sociológica ou científica nos marcos de um novo espaço epistêmico.⁶ Sobre a história dessa relação, costuma-se passar um tanto apressadamente de Simiand diretamente para o debate em língua inglesa no interior da tradição analítica dos anos 1940 e 1950: entre esses dois momentos, entretanto, houve uma mutação epistemológica. Talvez seja preciso reabrir o estudo desse capítulo e repensar essa história por novos e mais amplos e mesmo sinuosos caminhos.

Claro, pode-se questionar a interpretação dessa história então recente, que Febvre estrategicamente mobilizava em seu combate, mas sem que isso comprometa o núcleo de sua argumentação. Nessa mesma época, por exemplo, Alexandre Koyré, sem desconsiderar a importância decisiva da nova ciência para a transformação dos fundamentos do saber científico, mostrava a precedência da crítica filosófica aos seus pressupostos. O ideal científico que dominava a ciência e a filosofia francesas do século XIX – ao contrário do que se assistia nessa época do outro lado do Reno – era o determinismo absoluto assente na imagem “de um mundo em que tudo é predeterminado pelas mais rígidas leis matemáticas” (Koyré 1927, 17). O espírito filosófico, insistia o ex-aluno de Husserl, era assombrado por essa concepção de mundo no qual não havia espaço para o homem. A reação e a oposição a esse ideal foram constitutivas da “filosofia francesa moderna” (quer dizer, a de sua época) e remontavam a Émile Boutroux. Este, argumentava Koyré, por meio dessa crítica, intentava salvar o homem, encontrar para ele e para a vida um lugar nesse mundo. O determinismo e a causalidade científica, portanto, já eram objeto da crítica filosófica desde ao menos 1874, quando da publicação do livro de “título aparentemente enganoso” *De la contingence des lois de la nature* (Koyré 1927, 18).

Teria Febvre, na esteira dessa problematização, abandonado o princípio de causalidade? Ele costumava dizer que Simiand, o libertador do pensamento histórico, o inventor da história experimental, havia “voluntariamente sacrificado a vida em favor da lógica” (Febvre 1935, 391). Ora, a vida deveria ser o centro organizador da nova concepção de história pela qual ele lutava. Mais importante do que fornecer uma simples resposta a essa questão talvez seja compreender a complexidade do que ele identificava como problemático e o que refutava naquele princípio. A meu ver, a causalidade – científica ou histórica –, para ele, implicava encadeamento, vínculo ou sucessão entre os fenômenos no tempo cronológico. Ela encadeava temporalmente os fatos do passado em uma ordem cronológica sucessiva e linear. O fio do tempo era assegurado por ela e era essa linearidade, essa continuidade, essa concepção filogenética que, a seus olhos, tornava-se problemática; esse passado que se estendia, que transbordava no presente e o inundava, afogava a vida, tornando-

⁶ Marc Bloch, da mesma forma, não era indiferente aos impactos que essa mutação representava para o conhecimento histórico. Nas fichas preparatórias para a redação da *Apologie pour l'histoire*, há um documento intitulado “Lectures méthodes” em que ele indica uma lista de doze referências que deveriam orientá-lo na preparação da parte metódica de seu livro. 1/3 dessa lista é basicamente composta por referências sobre questões epistemológicas e sobre a nova concepção de ciência que surgiu a partir do início do século XX (cf. Bloch, s/d). Os pressupostos do novo espírito científico deveriam orientar a reforma da ciência histórica.

a impossível. Ela implicava, portanto, uma concepção de temporalidade que ele buscava transformar. Isso porque, para ele, a lei da causalidade era indissociável de uma concepção determinista do tempo histórico, o principal alvo de seus combates naqueles anos. Nesse aspecto, ele seguia de perto e traduzia para a história o raciocínio da crítica ao determinismo que se observava no interior da própria física: “A tese dos deterministas [...] é a de que cada instante não é senão o produto de todos os instantes anteriores; um ato não poderia ser, portanto, senão resultante de todo o tempo que decorreu antes dele” (Berteval 1948, 186). O passado, para Febvre, não determinava o presente e não se prolongava no futuro: a descontinuidade e, com ela, a multiplicidade temporal se transformavam em categorias-chave de uma nova concepção possível de tempo histórico. Daí a máxima de sua lógica histórica: é preciso situar os fenômenos *em seu tempo*, quer dizer, explicá-los *em e por meio* de seu tempo, e não em razão de uma cadeia de instantes anteriores ou de fenômenos precedentes. Essa atitude, entretanto, não implicava, a meu ver, um abandono da racionalidade causal, mas conduzia-o a um outro modo de compreendê-la: não um encadeamento sucessivo dos fenômenos no tempo, mas seu enredamento simultâneo em um tempo.

A HISTÓRIA E AS CIÊNCIAS

Todas essas discussões estão na ordem do dia e talvez seja por isso que a publicação concomitante desses dois livros não seja simples coincidência. E por ao menos duas razões. Em primeiro lugar, nossa época parece solicitar que a relação entre o conhecimento histórico e as ciências se transforme radicalmente. Perspectivas teóricas como aquelas que emergiram na década de 1970, voltadas basicamente a questionar e a minar a autoridade da ciência, seja na medida em que colocavam entre parênteses a compreensão de que o discurso científico se relacionava com alguma realidade objetiva ou de que os enunciados científicos falassem de um objeto e não apenas revelassem a posição de quem os enunciava, seja na medida em que defendiam que o discurso científico equivalia a qualquer outro discurso social, portanto, desconsiderando sua relação intrínseca com os “jogos entre o verdadeiro e o falso” (Delaporte 2012), vêm sendo colocadas recorrentemente em questão nos últimos anos. Isso fica muito claro na importância que a discussão sobre o negacionismo assumiu no campo historiográfico. A crítica ao negacionismo, em suas mais variadas manifestações, assenta-se nos pressupostos da não equivalência dos discursos e da veracidade da ciência – os historiadores parecem hoje estar menos preocupados com o dogmatismo positivista muitas vezes ingênuo com que alguns *hard scientists* apresentam e justificam socialmente sua atividade: o problema hoje é outro. O importante trabalho de Alexandre Avelar não deixa dúvidas a esse respeito.

Ao mesmo tempo, novas solidariedades entre a história e as ciências acabam por reconfigurar relações que até ontem eram absolutamente impensáveis, pelo menos entre os historiadores de estrita formação. Penso, por exemplo, na emergência da história ambiental que simplesmente alterou a relação da história com as ciências da vida. Penso, por exemplo, na situação da ordem epistemológica assente na partilha entre ciências da natureza e ciências humanas a partir do momento em que se argumenta que os limites dessa clivagem deixam de estar claramente definidos quando os tempos geológico e civil supostamente não mais se opõem com a mesma clareza de ontem. A crítica,

hoje, parece ser tecida a partir de outra forma de aproximação com a vizinhança epistemológica da ciência histórica. Isso fica muito evidente quando historiadores passam a se preocupar com os problemas relacionados ao aquecimento global, como o trabalho de Luiz Marques me parece indicar (Marques 2015).

O QUE É O TEMPO HISTÓRICO?

Em segundo lugar, no cerne desses dois livros, encontra-se, mesmo que de maneira indireta, o problema do tempo histórico. A pergunta sobre o que é o tempo da história ou mesmo sobre o que é esse tempo em que vivemos parece ter se tornado central nos últimos anos. Recentemente, um escritor e editor francês lançou essa pergunta um tanto surpreendente a um dos mais importantes filósofos de seu país: “Em que tempo nós vivemos?” (Rancière 2017). Vejam: Eric Hazan não perguntou a Jacques Rancière em que época, em que momento ou em que estágio da evolução de nossa sociedade nos encontramos, mas em que *tempo*. Tem-se a impressão de não se saber mais a resposta a essa questão. Há algumas décadas, a resposta a ela seria relativamente simples: o tempo em que vivemos se chama história e tal é o ponto de seu decurso em que nos encontramos. E a história era o nome de um princípio de racionalidade: uma sequência de encadeamentos temporais articulada por causas e efeitos e portadora de uma necessidade geral que apenas uma ciência era capaz de revelar.

Presentismo, antropoceno, atualismo, pós-história, presente amplo, enfim, toda uma série de palavras de ordem apareceram para tentar redefini-lo. Na França, onde a teoria da história, nas últimas décadas, tomou a forma do necrológio, a situação parece ser ainda mais dramática. Recentemente, um historiador francês tão eminente quanto pessimista afirmou que não cremos mais *em* História. Nesse país, depois da queda do muro de Berlim, falava-se em fim da história com a mesma convicção com que hoje se anuncia o fim da devoção a *Ela*. Nenhum encadeamento necessário, a partir de então, seria capaz de realizar as promessas futuras de emancipação. Com isso, a noção de causalidade parecia estar definitivamente descartada. Ocorre que algumas discussões atuais parecem ter contrariado essa previsão. Alguns debates sobre a iminente catástrofe ambiental, por exemplo, não apenas se assentam em pressupostos deterministas, mas reintroduzem no seio de nossa disciplina o problema do sentido e da finalidade do tempo: o fio da história é redescoberto na medida em que cada instante futuro será (ou já é) uma consequência dos instantes passados e atuais e até mesmo é possível prever com alguma precisão o momento de uma futura ruptura irreversível. Houve uma inversão da relação com a ideia de sentido de tempo: até ontem, era preciso tentar acelerar (ou aguardar pacientemente) a história para realizar e alcançar o seu fim e suas promessas; hoje, é preciso lutar impacientemente para desacelerá-la de modo a evitar que seu fim se realize: o tempo da história é aí assimilado a uma contagem regressiva. Mas nessa inversão, o sentido de um fim, que se acreditava perdido, é recuperado. Não é por acaso que as filosofias da história readquiriram novo fôlego a partir do início do novo milênio.⁷

⁷ Argumenta-se que os fatos indicam que a história civil foi desacelerada até cair no presente imóvel, ao passo que a da Terra, de sua lentidão imemorial, foi desenfreada e perigosamente acelerada. Mas não podemos esquecer que aquela desaceleração, que a imobilização da história, diretamente decorrente de sua desacontecimentalização, foi o resultado da invenção de um

Interessado por questões de filosofia da história, um importante escritor alemão do século XX insistiu no fato de que a aproximação da história civil com a história da Terra sempre se fez por razões metahistóricas. Ao contrário de “nossas experiências históricas, demasiadamente efêmeras” (Jünger 2021 [1959], 583), apenas os “grandes períodos de tempo” permitiriam pensar o devir em termos de destino. É que a filosofia da história, como se sabe, busca sempre fundar seu saber em um quadro sinóptico, situar seu olhar em um ponto a partir do qual seja possível apreender a história da humanidade em sua unidade – à geologia, Jünger acrescentava a pré-história, a zoologia, a astronomia e a própria astrologia como saberes que ofereciam pontos de referência metahistóricos. De um lado, a afirmação da indistinção entre história civil e da Terra parece indicar, a meu ver, uma tentativa filosófica de reconciliação do homem com o tempo profundo do mundo natural – quiçá com o tempo longuíssimo do Cosmos – do qual supostamente ele havia se afastado com o advento da modernidade. É como se o mundo histórico que emergiu com a modernidade fosse um obstáculo para que o homem se reconectasse com o mundo natural. Se essa reaproximação não permite afirmar que jamais fomos modernos, ela pretende, entretanto, que o fomos apenas por um curtíssimo período de tempo. De outro, e era o que Jünger pretendia mostrar, o deslocamento do homem do mundo histórico e humano para a história da Terra indicava “que o edifício da história começava a rachar” (Jünger 2021 [1959], 584). No fundo, essa substituição do mundo histórico pela história da Terra revelava, para o escritor alemão, o fim da história, pois indicava que o mundo histórico finalmente havia se chocado contra o muro do tempo. Por meio dela, reencontrava-se o tempo único que dava a humanidade sua unidade temporal primordial.

Apenas alguns anos depois da publicação do texto de Jünger, a reflexão sobre a relação entre a história das culturas e a da Terra também é registrada na França, mas em termos bastante diferentes. No final da década de 1960, um filósofo francês das ciências da vida cunhou uma expressão que seria retomada, explorada e consagrada a seguir no campo historiográfico, com o intuito de indicar uma nova atitude metodológica dos historiadores diante dos seus materiais de pesquisa. Trata-se da metáfora documento-monumento. Mas essa metáfora se assentava na distinção entre arqueologia e geologia: “A geologia conhece sedimentos e a arqueologia, monumentos” (Canguilhem 2012 [1967], 11). A metáfora geológica, para Georges Canguilhem, naturalizava a cultura e retirava-a da história – Jünger talvez lhe objetasse: já não se tratava mais de história ou de mundo histórico. Em nossos dias, o homem parece não mais habitar uma cultura, quer dizer, múltiplos tempos desaxializados em diversas culturas, como queria Georges Canguilhem; doravante, afirma-se, ele habita um planeta, como queria Jünger – e parte considerável da tradição germânica em revolta contra a técnica desde o entreguerras; não se trata mais da metáfora histórica do documento-monumento, mas daquela metahistórica do documento-sedimento. *Chronos* parece se apresentar em nossos dias sob essa estranha dicotomia: de um lado, é-nos ensinado que as promessas de emancipação futura determinadas pela necessidade histórica chegaram a seu

tempo histórico que não mais se divide pela potência do acontecimento, da afirmação de um tempo histórico que se libera da divisão que o heterocroniza, e que o resultado dessa invenção, antes de transbordar no mundo social e político, foi o programa historiográfico vitorioso que transformou a ideia de história na segunda metade do século XX.

termo e, de outro, que o tempo geológico possui doravante uma orientação determinada por um fim e um sentido imanentes.⁸

A releitura de Simiand e de Febvre pode nos ajudar a pensar esses problemas de forma crítica e com maior consistência. Pois, a meu ver, todas essas discussões solicitam uma reflexão e implicam uma lógica do devir. Podemos não estar de acordo com Simiand ou Febvre, mas eles colocaram no cerne da definição do tempo da história uma questão incontornável: uma história se constrói por meio de múltiplos modos de ligação causal (sucessiva, simultânea, circular, etc.) de acontecimentos em um todo. Jacques Rancière, que definiu em novos termos a maneira de se alimentar a relação entre a noção de causalidade e a história, ensinou-nos que o problema seria querer fundar essa ligação em alguma necessidade ontológica ou epistemológica. Sabemos que antes dos enunciados do fim da história na década de 1990, houve, no decênio anterior, a nênia sobre sua fragmentação. Ora, o discurso sobre o esmigalhamento da história nada mais era do que o lamento de que a História havia perdido sua causa eficiente, de que o “motor da história”, que dava a seu tempo um caráter unitário, racional e científico, havia entravado (Salomon 2018, 48-49) – não deve ser coincidência que, ao menos na França, o reganho de interesse pela querela aberta por Simiand date da virada para a década de 1980 (Revel 2007). E esse lamento, como se sabe, derivava da dificuldade teórica de muitos historiadores de assumirem a positividade de uma história desaxializada e fundada na multiplicidade dos tempos históricos. Por essa razão, em um importante e sugestivo trabalho há pouco publicado, embora tenha evitado falar em heterocronias ou em multiplicidade temporal, Arthur Alfaix Assis falou em “passados plurais” para definir o tipo de produção que caracteriza a atividade historiográfica (Assis 2023). *Plural Pasts* apresenta (particularmente em seu último capítulo) a coerência do “pluralismo metodológico” (Assis 2023, 48) que caracteriza o trabalho historiográfico e que não se deixa mais reduzir a um único modelo explicativo. Assis parece identificar nas práticas historiográficas o que Bachelard havia reconhecido no novo espírito científico: diferentes modos de causalidade que indicavam como esse princípio “se subordina[va a partir de então] ao que o pensamento objetivo exige e que nisso ele bem pode ser

⁸ Talvez não seja coincidência o fato de que, na última década e meia, o historiador profissional que alcançou o maior reconhecimento público internacional por seu trabalho no mundo ocidental (um de seus livros, em poucos anos, foi traduzido em mais de trinta idiomas) seja conhecido por suas “previsões” sobre o futuro. Professor da prestigiosa Universidade de Yale, autor de best-sellers tais como *Bloodlands*, *Black Earth*, *On Tyranny*, Timothy Snyder acredita que o conhecimento histórico tenha se tornado mais urgente do que nunca em nossos tempos (politicamente) sombrios. Contra todas as sóbrias recomendações dos teóricos da história, ele pensa que não apenas podemos, como devemos aprender com as experiências passadas e com as lições que a história nos fornece. Daí o sentido de urgência: ela pode nos guiar em meio às sombras que nos cercam e nos cegam. Para esse herege do tempo da descrença em História, para esse crente do tempo da irreligião da História, a história não é uma tradição que se calou no passado, que deixou de se comunicar com o presente, que parou de nos falar no presente e na qual não mais acreditamos. Ao contrário. Podemos lutar com mais inteligência em nossos dias contra tendências totalitárias que ameaçam nossa democracia e a própria humanidade na medida em que aprendemos com as experiências oriundas dessas lutas que o século XX nos legou. A chance de salvar a humanidade (talvez a últimas delas, de acordo com o tom dramático do próprio Snyder) das ameaças que a espreitam em nossos dias depende de compreendermos corretamente a mensagem que a história nos envia sobre seu futuro. Robert Baird publicou em março de 2023 no *The Guardian* um perfil de Snyder que foi vertido para o português na *Piani* (Baird 2023). Para uma crítica a seu trabalho e pressupostos teóricos e historiográficos, cf. Solchany (2017).

chamado ainda de a categoria fundamental do pensamento objetivo” (Bachelard 1968 [1934], 101).

Os trabalhos que apresentam os *slogans* metafísicos (cf. Cardoso Jr. 2021) do novo tempo acima mencionados buscam, no limite, reestabelecer o fio unificador do tempo, substituir um princípio de racionalidade que teria caído em descrença, que teria entrado em crise ou colapsado, por outro que seja capaz de sincronizar em um tempo monocromático, uniforme, homogêneo, unificado e axializado, a multiplicidade temporal ou o mundo heterocrônico em que vivemos. É como se o ser humano das teorias (modernas ou contemporâneas) do tempo histórico (e pós-histórico?) não fosse capaz de viver e realizar sua condição senão em um tempo homogêneo e idêntico a si mesmo. A multiplicidade temporal, entretanto, é o que torna possível a história e o próprio agir histórico (Rancière 2018a). Desde seus primeiros trabalhos sobre história, Jacques Rancière vem insistindo no fato de que a causalidade em história não diz respeito à racionalidade científica moderna. “Ela é consubstancial ao próprio conceito de história” (Rancière 2018a, 331). O problema, portanto, não é analítico, mas poético e histórico (Cf. Rancière 2018b). Em um tom que nos lembra o de Brian e o de da Mata que destaquei anteriormente, Cristiano Arrais constatou recentemente que “a discussão acerca do conceito de causa foi praticamente abolida da historiografia” (Arrais 2021, 75). Talvez seja o momento de a história se reconciliar com sua própria definição.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Tiago. De que a história das ciências é história. Historicidade e atualidade da questão. *Revista História, Histórias*, vol. 11, n. 21, jan.-jun. 2023, p. 182-211. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rhh.v11i21.44927>.
- ARRAIS, Cristiano. Causalidade e intencionalidade: uma contribuição ao debate sobre dimensão explicativa da historiografia. *História da historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography* *International Journal of Theory and History of Historiography*, vol. 14, n. 36, maio-ago. 2021, p. 73-103. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v14i36.1632>.
- ARON, Raymond [1938]. *Introduction à la philosophie de l'histoire*. Essai sur les limites de l'objectivité historique. Nouvelle édition revue et annotée par Sylvie Mesure. Paris: Gallimard, 1986.
- ASSIS, Arthur Alfaix. *Plural Pasts*. Historiography between Events and Structures. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
- BAIARD, Robert P. Um historiador em tempos sombrios. *Piauí*, 202, jul. 2023, p. 41-45.
- BERTEVAL, W. La science moderne et la causalité. *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*, t. 138, 1948, p. 180-190.
- BLOCH, Marc. Lectures méthodes. *Fonds Marc Bloch*. Archives Nationales de France, Paris, AB/XIX/3797 – Dossier I/1/31, s/d.
- BONNET, Christian; WAGNER, Pierre (Org.). *L'âge d'or de l'empirisme logique*. Vienne-Berlin-Prague, 1929-1936. Paris: Gallimard, 2006.
- BRILLOUIN, Léon. La crise de la physique moderne. *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*, t. 98, jul-dez. 1924, p. 11-66.
- CANGUILHEM, Georges [1967]. *Michel Foucault: morte do homem ou esgotamento do Cogito?* Tradução de Fábio Ferreira de Almeida. Goiânia: Ricochete, 2012.

- CARDOSO JR., Hélio Rebello. The Analytical Metaphysics of Time and the Recent Theory of History: Over tones of the Debate about Presentism. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 145–169, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v14i35.1739>.
- DE BROGLIE, Louis. Déterminisme et causalité dans la physique contemporaine. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, Paris, Séance du 12 novembre 1929. p. 371-390.
- DELAPORTE, François. Teratologias, sobre os jogos entre o verdadeiro e o falso: encontro com François Delaporte. *História da historiografia*, n. 8, abr. 2012, p. 248-262. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i8.328>.
- FEBVRE, Lucien. François Simiand, 1873-1935. *Annales d'histoire économique et sociale*, t. 7, 1935, p. 391.
- FEBVRE, Lucien. Le problème historique des prix. *Annales d'histoire économique et sociale*, t. 5, 1930, p. 67.
- FEBVRE, Lucien. *Histoire et sciences*. Recueil inédit. Textes présentés par Éric Brian. Paris: EHESS, 2023.
- FEBVRE, Lucien [1942]. *O problema da descrença no século XVI*. A religião de Rabelais. Lisboa: Início, 1970.
- FEBVRE, Lucien. [1943]. Propos d'initiation: vivre l'histoire. In: FEBVRE, Lucien. *Histoire et sciences*. Recueil inédit. Textes présentés par Éric Brian. Paris: EHESS, 2023. p. 117-142.
- FEBVRE, Lucien. [1933]. Pour les historiens: un livre chevet: le *Cours d'économie politique* de Simiand. In: FEBVRE, Lucien. *Vivre l'histoire*. Edição estabelecida por Brigitte Mazon. Paris: Lafont; A. Colin, 2009. p. 501-515.
- FEBVRE, Lucien; SIMIAND, François. Une correspondance entre Lucien Febvre et François Simiand à l'aube des *Annales*. *Vingtième Siècle*, n. 23, 1989, p. 103-110.
- FRIEDMANN, Georges. Matérialisme dialectique et action reciproque. In: BABY, Jean (et al.). *À la lumière du marxisme: essais*. Paris: Editions Sociales Internationales, 1935. p. 262-284.
- JÜNGER, Ernst [1959]. Le mur du temps. In: *Essais*. Édition établie, présentée et annotée par Julien Hervier. Paris: Le Livre de Poche, 2021. p. 575-823.
- KOJÈVE, Alexandre [1932]. *L'idée du déterminisme dans la physique classique et dans la physique moderne*. Présentation de Dominique Aufret. Paris: Le Livre de Poche, 1990.
- KOYRÉ, Alexandre. Die Kritik der Wissenschaft in der modernen französische Philosophie. *Philosophischer Anzeiger*, Ano II, n. 1, 1927, p. 14-52.
- MACHADO, Hallhane. *Da crise da razão à razão na crise*. Goiânia: EdUFG, 2019.
- MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: EdUNICAMP, 2015.
- RANCIÈRE, Jacques. A história como multiplicidade temporal – Entrevista. In: SALOMON, Marlon. *Heterocronias – estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Ricochete, 2018a. p. 320-336.
- RANCIÈRE, Jacques. *En quel temps vivons-nous?* Conversation avec Eric Hazan. Paris: La Fabrique, 2017.
- RANCIÈRE, Jacques. Temps, récit et politique. RANCIÈRE, Jacques. *Les temps modernes – Arts, temps, politique*. Paris: La Fabrique, 2018b.
- REVEL, Jacques. Histoire et sciences sociales. Lectures d'un débat français autor 1900. *Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle*, n. 25, 2007, p. 101-126. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-mil-neuf-cent-2007-1-page-101.htm>.

- SALOMON, Marlon. Entre história das ciências e das religiões: o problema da temporalidade histórica em Lucien Febvre e Alexandre Koyré no entreguerras. *História da historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography International Journal of Theory and History of Historiography*, 107, n. 19, dez. de 2015, p. 107-123. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i19.943>.
- SALOMON, Marlon. O labirinto ou a lógica do tempo sem sentido em Alexandre Koyré. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–26, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v16i41.2105>
- SALOMON, Marlon. Temporalidade histórica em Lucien Febvre e Alexandre Koyré. In: SALOMON, Marlon. *Heterocronias – estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Ricochete, 2018.
- SIMIAND, François. *A causalidade em história*. In: BENTHIEN, Rafael; BERTASSO, Robson; DRIGO, Miguel (Org.). São Paulo: EdUSP, 2023.
- SOLCHANY, Jean. Much ado about nothing? A critical look at Timothy Snyder's interpretation of Nazi and Stalinist crimes. *Revue d'histoire moderne & contemporaine*, Paris, vol. 64, n. 4, 2017, p. 134-171. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-d-histoire-moderne-et-contemporaine-2017-4-page-134.htm>
- STERN, Alfred. Causalité, incertitude et complémentarité. *Revue de Synthèse*, Tomo XIV, n. 2, out. 1937, p. 133-148.

CAUSALIDADE E TEMPO HISTÓRICO NAS RELAÇÕES
ENTRE A HISTÓRIA E AS CIÊNCIAS
Ensaio recebido em 14/02/24 • Aceito em 28/05/24
Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado